

VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações



Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Ministério do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis**
Curt Trennepohl

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
Edmundo Soares do Nascimento Filho

Centro Nacional de Informação Ambiental
Jorditânea Souto



VARIAÇÕES INTERÉTNICAS

etnicidade, conflito e transformações

Organizadores

Stephen Grant Baines
Cristhian Teófilo da Silva
David Ivan Rezende Fleischer
Rodrigo Paranhos Faleiro

Brasília, 2012

EDIÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas – CEPPAC
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
Naturais Renováveis – Ibama

Produção Editorial

Centro Nacional de Informação Ambiental – Cnia

SCEN - Trecho 2 - Bloco C - Edifício-Sede do Ibama

CEP 70818-900, Brasília, DF - Brasil

Telefones: (61) 3316-1225/3316-1294

Fax: (61) 3307-1987

<http://www.ibama.gov.br>

e-mail: editora@ibama.gov.br

Equipe Técnica

Capa e diagramação

Paulo Luna

Normalização bibliográfica

Helionídia C. Oliveira

Revisão

Maria José Teixeira

Enrique Calaf

Vitória Adail Brito

Catálogo na Fonte

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

V299 Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações – Stephen Grant Baines...[et al.]. Organizadores. – Brasília: Ibama; UnB/Ceppac; IEB, 2012.

560 p. : il, color. ; 21 cm

ISBN 978-85-7300-362-8

1. Etnia. 2. Índio. 3. Recursos naturais. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Baines, Stephen Grant. II. Silva, Cristhian Teófilo da. III. Fleischer, David Ivan. IV. Faleiro, Rodrigo Paranhos. V. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. VII. Cnia. VIII. IEB. IX. UnB. X. Título.

CDU(2.ed.)502.175(047)



Atribuição-Uso não-comercial-Compartilhamento pela mesma licença
CC BY-NC-SA

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Agradecemos

*À Joritânea Souto,
ao Paulo Luna e à equipe
do setor de editoração do Ibama,
ao Programa de Pós-Graduação em
Estudos Comparados sobre as Américas
do CEPPAC/UnB
e à Maria José Gontijo
do Instituto Internacional de
Educação do Brasil.*

Sumário

Apresentação 11

Introdução 13

Primeira variação: identidade, movimento e territorialização

Capítulo 1 Contatos interétnicos em regiões de fronteiras:
a visão dos Ticuna e dos Galibi do Oiapoque. 19
Claudia López Garcés

Capítulo 2 Memória, identidade e território dos Arara:
uma análise a partir do contexto de identificação da Terra
Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC, Brasil. 43
Cloude de Souza Correia

Capítulo 3 Os Laklãñõ na região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa
Catarina, Brasil. 59
Alexandro Machado Namem

Capítulo 4 Wyty-Catê: cultura e política de um movimento
Pan-Timbira. 97
Jaime Garcia Siqueira

Capítulo 5 Uma aventura entre a cruz e a espada que mudou a história:
20 anos de luta indígena no Rio Negro. 129
Gersem José Santos Luciano

Segunda variação: desenvolvimento e meio ambiente

Capítulo 6 A natureza dos povos indígenas e os povos indígenas e a
natureza: novos paradigmas, desenvolvimento sustentável e a
politização do bom selvagem. 165
Thiago Ávila (in memoriam)

Capítulo 7	Trocando vitalidade: um exemplo de manejo ecológico no noroeste amazônico. 177 <i>Luis Cayón</i>
Capítulo 8	Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira. 205 <i>David Ivan Fleischer</i>
Capítulo 9	Os Tremembé do litoral nordestino e um empreendimento turístico internacional. 229 <i>Isis Maria Cunha Lustosa e Stephen G. Baines</i>
Capítulo 10	São Thomé das Letras e São Jorge: gênese, conflito e identidade na constituição dos atrativos para um mercado turístico. 247 <i>David Ivan Fleischer e Rodrigo Paranbos Faleiro</i>
Capítulo 11	Dois conceitos articuladores no contexto indigenista de Roraima: projeto e desenvolvimento.283 <i>Maxim Repetto</i>
Terceira variação: conflitos, direitos e Estado	
Capítulo 12	Náwa, índios ou ribeirinhos? Quando os órgãos públicos entram em conflito. 321 <i>Rodrigo Paranbos Faleiro</i>
Capítulo 13	Conflito socioambiental sobre a gestão dos recursos naturais e simbólicos do território do Monte Pascoal e seu entorno. 339 <i>Luis Guilherme Resende de Assis</i>
Capítulo 14	Projeto de mineração do São Francisco e da Terra Indígena Araré/MT: um caso de negação ao exercício da governança local 351 <i>Cláudia Tereza Signori Franco</i>
Capítulo 15	A identificação de terras indígenas como objeto de investigação antropológica. 367 <i>Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves</i>

Quarta variação: etnicidade, midiaticização e outras metamorfoses

- Capítulo 16 Por uma Antropologia visual das relações interétnicas: impressões sobre a exclusão social e a inclusão da arte indígena em Vancouver, Canadá. 399
Cristhian Teófilo da Silva
- Capítulo 17 Além da técnica: o simbólico nas artes indígenas. 419
Katianne de Sousa Almeida
- Capítulo 18 Um estudo das transformações musicais e festivas entre os Kalunga de Teresina de Goiás, Brasil. 447
Thais Teixeira de Siqueira
- Capítulo 19 Los petroglifos de América del Sur. 467
Santiago Plata Rodríguez
- Capítulo 20 Comentários sobre Yanomamo Series. 479
Maria Inês Smiljanic
- Capítulo 21 Metamorfoses Sanumá e a subjetivação dos objetos. 497
Sílvia Guimarães

Quinta variação: perspectivas extracontinentais

- Capítulo 22 Identidades sociais no Líbano: sectarismo, etnicidade e outras variáveis. 511
Leonardo Schiocchet
- Capítulo 23 De anedotas antropológicas a perspectivas do contato em África: reflexões Herero. 539
Josué Tomasini Castro

Apresentação

Está completando 15 anos que o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) surgiu, em 1997, a partir de uma conversa entre Maxim Repetto que, à época, estava cursando o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, e Stephen G. Baines, professor do Departamento de Antropologia, que vem coordenando o Grupo desde o início. Nos anos anteriores, organizamos alguns seminários sobre temas relacionados à etnologia indígena com enfoque em relações interétnicas, e com a criação do Geri, sistematizamos reuniões informais em que alunos da pós-graduação e da graduação em Antropologia, professores, indigenistas e outros podiam apresentar suas pesquisas relacionadas a temas de relações interétnicas, no sentido amplo. As reuniões do Geri, que vêm acontecendo de três em três semanas, nas tardes de sextas-feiras, tornaram-se um espaço para discutir pesquisas em andamento, teses de doutorado e dissertações de mestrado e de graduação em fase de elaboração final ou já defendidas, além de trabalhos de indigenistas interessados em compartilhá-los num ambiente acadêmico com a presença de alguns dos alunos mais dedicados do Departamento de Antropologia. As reuniões do Geri representam um espaço para discussões livres de professores e alunos, muitos dos quais trabalham em etnologia indígena, mas não exclusivamente, abrangendo outras pesquisas que lidam com relações interétnicas.

Com a saída de Maxim Repetto para realizar sua pesquisa de campo sobre organizações indígenas e educação superior indígena em Roraima e, posteriormente, para assumir o cargo de professor concursado do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade Federal de Roraima, outros alunos e ex-alunos do Departamento de Antropologia da UnB (DAN) assumiram voluntariamente a organização das reuniões do Geri. Foi criada uma home page no site da UnB com a colaboração de Maxim Repetto e, posteriormente, de Cristhian Teófilo da Silva, então aluno de doutorado do Departamento de Antropologia, depois professor concursado do Ceppac/UnB. Em 2006, o Geri passou a constar como evento de extensão da UnB, atraindo mais alunos e pessoas interessadas.

A partir de 2009, o Geri foi ampliado incluindo o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e Caribe (Ceppac), da UnB, tendo os professores Stephen G. Baines e Cristhian Teófilo da Silva como coordenadores pelo DAN e pelo Ceppac, respectivamente.

Ao completar 10 anos, o Geri e os seus atuais colaboradores Cristhian Teófilo da Silva e Rodrigo Paranhos sugeriram a publicação de um livro que reunisse alguns dos trabalhos apresentados. A resposta nos surpreendeu e muitas pessoas expressaram seu interesse em publicar artigos baseados nas suas apresentações.

A partir de intenso diálogo com os autores, que perdurou 3 anos, os quatro organizadores deste livro prepararam o material que o compõe. Em seguida, ao iniciarem os contatos com possíveis editoras que pudessem editá-lo, foram surpreendidos com a manifestação de interesse de quatro delas. Após quase um ano de negociação com várias editoras interessadas na publicação, o livro foi encaminhado às Edições Ibama, que realizou os serviços de editoração e disponibilizou o livro gratuitamente em seu catálogo virtual. Já a impressão desse livro foi viabilizada graças ao apoio financeiro de coeditores, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC da Universidade de Brasília, Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas e Departamento de Antropologia.

O conjunto de trabalhos disponibilizados neste livro reforça a seriedade de experiências nascidas na informalidade ou no compromisso com um tema. Dividida em cinco partes, a obra contempla com excelência temas e recortes ainda pouco explorados, abrindo espaço para novas discussões e reflexões no campo das relações interétnicas. Com este livro, convidamos os leitores a navegarem por essas páginas em uma singular experimentação de alteridade por meio das relações interétnicas.

SEGUNDA VARIAÇÃO

desenvolvimento
e meio ambiente



Capítulo 8

Ecoturismo e conservação no litoral norte da Bahia: um olhar sobre a interação entre cientistas conservacionistas e a comunidade costeira

David Ivan Fleischer

Introdução

A Praia do Forte, no litoral norte da Bahia, é um lugar de singular beleza, com extensos recifes de corais, águas mornas e cristalinas, praias limpas de areia branca e pouca urbanização ao longo da orla. Não possui infraestrutura de bares ou restaurantes. A vegetação é bem preservada e dá um aspecto rústico ao local. Parte dessas características deve-se ao fato de a Praia do Forte ser a sede de um dos projetos de conservação dos mais reconhecidos do Brasil – o Projeto Tartarugas Marinhas (Tamar). Esse projeto conseguiu, por décadas, coibir o desenvolvimento urbano na orla da praia com o objetivo de proteger ninhos de tartarugas e limitar a ação antrópica sobre o ambiente natural utilizado pelas tartarugas marinhas na hora da desova. Tal iniciativa tem sido adotada pelo Tamar em todas as praias que monitora e que são utilizadas por tartarugas como áreas de desova. O Projeto Tamar, que completou 30 anos em 2010, vem apresentando excelentes resultados de recuperação das quatro espécies de tartarugas que desovam nessa parte do litoral norte baiano. No entanto, esse trabalho de conservação do Tamar teve interferências na vida da comunidade. Com vistas à manutenção e ao êxito das atividades de conservação, foi necessário modificar alguns costumes locais e introduzir novas iniciativas para que a comunidade da Praia do Forte tornasse uma aliada na iniciativa de conservação.

Nessa comunidade há também outro projeto de conservação ambiental, o Instituto Baleia-Jubarte (IBJ), responsável pela conservação de espécies de cetáceos. O IBJ realiza há 6 anos trabalho de conservação instalado por causa da reparação das baleias-jubarte na região que vêm da Antártica para reproduzir-se ao longo do litoral baiano. O IBJ e o Tamar promovem, mesmo que indiretamente, o desenvolvimento turístico e essas iniciativas contribuíram para mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais da Praia do Forte. Este artigo



tem como objetivo analisar a relação entre cientistas, que são em sua totalidade provenientes de grandes centros urbanos brasileiros e que desenvolvem iniciativas de conservação local, e a comunidade, que é formada pelos primeiros moradores e que, em sua maioria, não possui treinamento para a conservação, mas forte conhecimento tradicional sobre o meio físico local e os recursos naturais. Existe interação entre os cientistas e a comunidade local, principalmente os moradores mais antigos, que possuem conhecimento tradicional de rica contribuição para o desenvolvimento das atividades desses projetos. Apesar dessa interação e da troca de saberes, muitas vezes, os interesses dos dois grupos não são comuns, o que gera conflitos. O artigo utiliza dados de pesquisa de campo realizada em 2007, quando foram entrevistados biólogos, ecólogos, ambientalistas, pescadores, donos de pousadas, comerciantes, funcionários de hotéis e de pousadas, empresários donos de agências de turismo e profissionais liberais que trabalham direta ou indiretamente para o setor de turismo local. O objetivo maior da pesquisa foi entender como iniciativas de conservação relacionam-se com iniciativas de desenvolvimento, mais especificamente como os setores de ecoturismo e meio ambiente vêm dialogando em relação aos destinos turísticos que apresentam quadro de desenvolvimento específico. Diferentemente dos locais com atividades de ecoturismo, a Praia do Forte é um local que possui plano ecoturístico próprio, criado por uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) local, e objetivos claros quanto à promoção de práticas de ecoturismo sustentáveis e ao cerceamento de ações desenvolvimentistas que não se enquadram nas diretrizes do plano ou não são compatíveis com a vocação da comunidade.

A conservação e o desenvolvimento da Praia do Forte

A região está inserida em uma área de proteção ambiental (APA) estadual denominada APA do Litoral Norte. Localizada no nordeste da Bahia, foi criada pelo Decreto Estadual nº 1.046, de 17 de março de 1992, com o intuito de conservar e preservar os remanescentes da Floresta Atlântica, associados a manguezais, áreas de estuários de rios, restingas, dunas e lagoas. Antecede à criação da APA uma intensificação no processo de ocupação urbana e do desenvolvimento turístico da região, com a implementação da Linha Verde, rodovia estadual que conecta a cidade de Salvador à divisa do estado da Bahia com Sergipe e que dá acesso a todas as praias do litoral norte. Com esse processo acelerado de modificação do uso do solo, tornou-se necessário estabelecer um plano de manejo que resguardasse os recursos naturais ainda preservados, mas em avançado grau de degradação, e que ordenasse o uso e

a ocupação do solo, impedindo o avanço de condomínios, o parcelamento de terras e o desenvolvimento desordenado do turismo.

Como sede de dois projetos de conservação – o Projeto Tamar e o do Instituto Baleia Jubarte – ambos com foco em biologia marinha, a Praia do Forte tornou-se ponto de convergência de pesquisadores, colaboradores, universitários e estagiários que compõem as equipes técnicas desses projetos ou que desenvolvem pesquisa científica relacionada com a Biologia Marinha, práticas de manejo de fauna marítima e técnicas de conservação de espécies endêmicas da região. A Praia do Forte também recebe grande quantidade de turistas e grupos escolares que vêm conhecer o trabalho de conservação de tartarugas marinhas feito pelo Tamar ou fazer passeio de barco para avistar baleias e entender o porquê de o IBJ esforçar-se tanto em proteger esses cetáceos. O Tamar tem renome internacional e vem apresentando resultados positivos da conservação expressos pelo aumento da população de tartarugas, a redução de predação de ninhos e animais adultos, a conscientização da comunidade e dos turistas. A Praia do Forte tornou-se, assim, ponto de referência na conservação de tartarugas e da avistagem de baleias.

A conservação ambiental na Praia do Forte está intimamente vinculada ao trabalho científico feito por biólogos marinhos e oceanólogos. O objetivo principal desses cientistas é garantir a conservação das espécies-bandeira (tartarugas e cetáceos). O Projeto Tamar tem atividades diárias de monitoramento de ninhos nas praias, de marcação e medição de fêmeas de tartarugas que chegam para desovar, de pesquisa em alto-mar sobre tartarugas machos (que nunca vêm à praia), desenvolvimento da espécie, reprodução, alimentação e biopsia de animais mortos. Esse projeto representa o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em estudos de impactos ambientais de qualquer tipo de projeto que comprometa a integridade do ambiente natural costeiro e marinho. Estão na lista: a construção de hotéis, pousadas e condomínios fechados na orla; a urbanização e pavimentação da orla marítima; a mudança do uso das praias onde ocorrem desovas. Todo projeto na orla precisa ser analisado pelo Tamar quanto aos riscos que impõem aos ninhos, às fêmeas que chegam para desovar e aos filhotes no período que nascem e correm ao mar.

O Tamar também faz estudos constantes sobre o impacto da pesca na atividade de conservação e promove reunião com pescadores locais com frequência para discutir a utilização de utensílios de pesca que não sejam nocivos às tartarugas, e adotar práticas pesqueiras que não coloquem

em risco as tartarugas que estão em áreas de pesca. Muitas espécies de tartarugas alimentam-se nas áreas de pesca e são, com frequência, capturadas acidentalmente por redes de pesca. A abordagem que o Tamar faz da pesca é também de cunho científico, demonstrando aos pescadores o resultado de pesquisa sobre impactos do uso de redes ou de certos anzóis nocivos às tartarugas e apresentando alternativas – embasadas em pesquisas – para uma pesca de menor impacto. Existe mais preocupação dos biólogos do Tamar com a proteção das tartarugas do que com a sustentabilidade da pesca. A Praia do Forte possui alta piscosidade, o que faz da pesca uma atividade ainda rentável para os pescadores locais. A maior parte do pescado é consumida localmente e pequena parte é vendida em municípios vizinhos. A produção de pescado é destinada em sua maioria ao abastecimento do turismo local.

O outro projeto – Instituto Baleia-Jubarte – desenvolve atividade científica voltada para os cetáceos (baleias e golfinhos). A Praia do Forte voltou a ser recentemente área de reprodução das baleias-jubarte, que costumam aparecer na região durante o período de reprodução que vai de julho a outubro. Nessa época, o IBJ faz pesquisa sobre o comportamento dos cetáceos, recolhe amostras de DNA dos indivíduos que aparecem a cada ano, para analisar as rotas migratórias, os períodos de reprodução e o tempo de crescimento, analisa o canto das baleias por meio de gravação de áudio, bem como a interação dos cetáceos com embarcações turísticas e pesqueiras para conhecer os riscos potenciais da aproximação de barcos e de cetáceos. Nos outros meses fora do período de reprodução, o IBJ concentra-se no estudo de material genético, nas gravações de áudio e nas filmagens feitas durante a época de reprodução.

Os dois projetos possuem bases em outras praias. O Tamar possui outras 22 estações espalhadas pelo litoral brasileiro, do Ceará a Santa Catarina. Em comparação com a da Praia do Forte, algumas dessas bases têm maior potencial de conservação de tartarugas e menor riscos a essa espécie por estarem em áreas mais isoladas ou protegidas por reservas biológicas. O IBJ possui outra base em Caravelas, cidade próxima do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, onde há uma concentração igual de baleias-jubarte.

A Praia do Forte, diferentemente de outras localidades do litoral baiano, possui projeto de desenvolvimento ecoturístico com estímulo à pesquisa científica voltada para a conservação ambiental. O plano foi desenvolvido por biólogos que já haviam trabalhado no Tamar, o que justifica a vocação deste para a pesquisa científica. A presença de biólogos e outros conservacionistas na Praia do Forte é vista como fundamental à sustentabilidade econômica, ambiental e política do projeto de desenvolvimento ecoturístico, pois esses

biólogos acreditavam poder ajudar a conscientizar a comunidade sobre a necessidade de conservação ambiental e formar futuras gerações de conservacionistas. A Fundação Garcia D'Ávila (FGD), Oscip local, foi criada com o objetivo de implementar essa proposta de desenvolvimento ecoturístico. A FGD foi a responsável pela instalação do Tamar a do IBJ na Praia do Forte. A proposta de desenvolvimento ecoturístico visava, antes de qualquer coisa, transformar a Praia do Forte em importante polo de ecoturismo voltado para a pesquisa de conservação. A ideia era criar outros motivos, além da paisagem natural e das belezas cênicas, que atraíssem visitantes. A presença de projetos de conservação atenderia bem a esse propósito, principalmente se fossem transformados em importantes atrativos turísticos locais.

O ecoturismo como atividade econômica surgiu na Praia do Forte em início dos anos de 1990 com a consolidação desse destino como sendo ecológico, bem preservado, com riqueza de fauna e flora e com pouca urbanização. Essas qualidades foram conquistadas com constante trabalho de conscientização local, regras impostas pelo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da APA, programas municipais de coleta de lixo e projetos de saneamento básico e construção de uma estação de tratamento de esgoto. A comunidade abraçou a ideia do ecoturismo como fonte de renda principal pela falta de opção em outras atividades como agricultura e pesca. Em 2007, a maioria das famílias trabalhava direta ou indiretamente para o setor de serviços de turismo do qual dependem a pesca, a agricultura, o comércio local, o setor hoteleiro e de serviços e o Governo.

Além do turismo, a comunidade conta com atividade pesqueira considerável. Possui uma colônia e uma associação de pescadores locais. Mas a pesca nem sempre fez parte da história da vila. Até 1960, era uma atividade secundária, de subsistência e feita nas horas vagas. Todos trabalhavam na plantação de cocos que foi por séculos a única economia local. Depois, em 1970, quando o latifúndio de coco foi dividido e vendido, esses trabalhadores passaram a dedicar-se a outras atividades, como a pesca e a prestação de serviços, e a oferecer pouso e refeições para os esporádicos visitantes que vinham à Praia do Forte atraídos por sua beleza cênica. Aos poucos, tornou-se o destino de visitação permanente. Com a construção de um *resort* de perfil ecológico, ainda na década de 1970, e o estabelecimento do Projeto Tamar no início dos anos de 1980, teve início na Praia do Forte um projeto de educação ambiental e de sensibilização da comunidade para a importância de preservar a beleza cênica e os recursos naturais da região, sobretudo as espécies ameaçadas de extinção como as tartarugas marinhas. Em 2001, com o estabelecimento



do IBJ, estendeu-se o trabalho de sensibilização para incluir nesse projeto a baía-jubarte. De cunho educacional, foi elaborado com base em premissas científicas, na importância da conservação do ecossistema local, na necessidade de aumentar a população de espécies de fauna ameaçadas de extinção e na importância de trabalhar alternativas de desenvolvimento sustentável.

O ecoturismo passou a ser uma prerrogativa para promover o desenvolvimento sustentável local. O discurso de que o ecoturismo trabalha com práticas ecológicas e sustentáveis só foi absorvido pela comunidade depois que os conservacionistas dos projetos Tamar, do IBJ e da FGD passaram a vincular conservação ambiental com retorno econômico. Foi esse vínculo que abriu os canais de diálogo entre cientistas e a comunidade, que passou a entender o meio ambiente e a conservação de espécies em risco de extinção como potenciais fontes de renda. Proteger uma tartaruga marinha significa atrair turistas. Estes, por sua vez, frequentam estabelecimentos locais, compram produtos da comunidade, hospedam-se e, por consequência, injetam mais recursos na região. Para ganhar a confiança da comunidade e torná-los aliados, os cientistas tiveram de usar formas discursivas compreensíveis para a comunidade. A preservação da tartaruga, por si só, não era argumento suficiente, pois foi necessário vincular a conservação ao potencial de empoderamento econômico. De modo similar, Campbell (2002), que analisou o uso do ecoturismo como ferramenta discursiva tanto pela comunidade quanto por uma organização não governamental, no estabelecimento de um projeto de ecoturismo de base comunitária em Costa Rica, identificou que os conservacionistas tiveram que se munir de narrativas tradicionais usadas pela comunidade para reiterar a importância da atividade de conservação dentro de uma unidade de conservação e ganhar o apoio da comunidade.

Entretanto, a atividade do ecoturismo pode criar estratificações sociais e níveis de desigualdade de renda, especialmente entre a comunidade local e os visitantes estrangeiros. Além disso, cria também novas relações de poder entre comunidade e Governo, comunidade e conservacionistas, comunidade e empresários de turismo. A introdução do ecoturismo pode deixar a comunidade em uma posição de subserviência em relação aos novos empresários que ingressam na comunidade para investir. A participação no capital dos empreendimentos de turismo nem sempre é feito de forma equânime. No caso da Praia do Forte, houve uma preocupação de incluir a comunidade nas atividades de ecoturismo e de conservação.

O ecoturismo torna-se então uma estratégia utilizada por governos e pela comunidade local para a geração de formas alternativas e sustentáveis de

desenvolvimento, em situações em que a legislação limita o acesso a recursos naturais, buscando a sobrevivência de certas espécies ou ambientes. Exemplos disso são as áreas de reprodução de tartarugas marinhas, que são monitoradas contra a depredação de ninhos, e a atividade de pesca, que é monitorada por causa dos riscos impostos pela captura acidental. Diante desse cenário, foi necessário criar alternativas econômicas sustentáveis e de cunho conservacionista que substituíssem a atividade de subsistência extrativista de caça de tartarugas e de captura de seus ovos.

O desenvolvimento do ecoturismo no local alicerçou-se em medidas limitadoras da expansão urbana. O Plano de Desenvolvimento Ecoturístico visava à criação da primeira Comunidade Ecoturística do Brasil. Esse projeto ambiental da Praia do Forte tinha como objetivo “consolidar e aperfeiçoar uma simbiose entre conservação dos recursos naturais e culturais com o desenvolvimento turístico” (FUNDAÇÃO GARCIA D’ÁVILA, 2005, p. 2). A FGD, que elaborou esse plano, é responsável pela “preservação do patrimônio histórico das ruínas do Castelo Garcia D’Ávila de 1551; a consolidação e o aperfeiçoamento da conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento turístico; a conservação da diversidade de fauna e flora em extinção e de ambientes naturais; a consolidação do ecoturismo como veículo instrutor e promotor de um turismo responsável qualificado, dirigido e integrado com a natureza e com as comunidades tradicionais, gerando divisas para a sustentabilidade da biorregião da Praia do Forte; e a educação ambiental” (FUNDAÇÃO GARCIA D’ÁVILA, 2005, p. 5).

Hoje, a FGD desenvolve trabalhos de educação ambiental na comunidade da Praia do Forte e em outras duas comunidades rurais dentro de reservas de proteção rigorosa sob seu controle. A FGD também teve o papel de fazer a prospecção e o consequente Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA) para a criação da APA Estadual do Litoral Norte. O ZEE dessa APA delimitou duas reservas – Sapiranga e Camurugipe – como reservas de proteção rigorosa, que têm importante função dentro do conjunto de atrativos ecoturísticos da Praia do Forte. São locais para a prática de caminhadas ecológicas, canoagem e arborismo.

O ecoturismo, apesar de ter objetivos de conservação, estimulou um acelerado processo de urbanização na Praia do Forte. A vila passou de aproximadamente 800 habitantes, em 1981, para 5.000 habitantes em 2006, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Planejamento do Município de Mata de São João, do qual a Praia do Forte faz parte. A urbanização da comunidade foi impulsionada por dois vetores: 1) a migração de novos

moradores atraídos pela grande oferta de emprego nos setores de construção civil, comércio e prestação de serviços; 2) o surgimento de diversos condomínios que atraíram moradores (de classe média e alta) de Salvador e São Paulo para estabelecerem residência na Praia do Forte. Esses vetores representam diferentes classes sociais, com escolaridade e acesso a bens e serviços diferentes. Os moradores dos condomínios são os principais donos de empreendimentos locais – pousadas, hotéis, lojas, restaurantes ou bares. Os moradores que migraram atraídos pelos empregos compõem a classe trabalhadora, em sua maioria, em comunidades recém-criadas em locais distantes, do outro lado da estrada. Poucos alugam quartos em casas e pensões, em condições precárias, no centro da vila.

O processo de urbanização da Praia do Forte foi feito em diferentes fases. A canalização de água ocorreu em 1998. Em 2002, veio a rede pública de esgotamento sanitário e a pavimentação das principais vias de acesso e alamedas da vila em 2003. Em 2008, foi concluída a pavimentação dos becos e vielas, contudo, essa urbanização não se resumiu aos trabalhos de saneamento e pavimentação. Na década de 1980, teve início um processo de loteamento da Praia do Forte para a criação de condomínios e a construção de novas casas no centro da vila, primeiro núcleo urbano conhecido como “vila de pescadores”.

A Praia do Forte tem um processo urbanístico totalmente diferenciado de outros distritos dentro do município e de municípios vizinhos. Toda a área da Praia do Forte era de propriedade privada e os proprietários da Fazenda Praia do Forte decidiram lotear e vender terrenos ao redor da vila dos pescadores. Na vila, os proprietários concederam títulos de posse dos terrenos aos antigos moradores e esse processo contou com a participação de um arquiteto contratado para fazer o plano urbanístico da Praia do Forte que incluía regras para uso do solo, porcentagens destinadas à área verde, traçado das vias de acesso, sistema de água, esgoto, rede elétrica e áreas de lazer.

Conhecimento científico x conhecimento tradicional

Os dois projetos de conservação presentes na Praia do Forte, o Projeto Tamar e o IBJ, têm foco na biologia marinha. A pesquisa científica dos dois projetos está direcionada às tartarugas marinhas e às baleias-jubarte, cujos esforços de conservação ficam concentrados em áreas geográficas específicas: a orla marítima e o mar. A maioria do trabalho das equipes técnicas ocorre nas praias e em alto-mar. O interior do município não é área de interesse científico desses projetos. Para complementar isso, foram desenvolvidas atividades de educação ambiental fomentadas por esses projetos e desenvolvidas pela

comunidade no interior do município. O trabalho de educação ambiental foca a conscientização sobre a necessidade de preservar as matas ciliares, os manguezais, as áreas de várzea e a foz dos rios, as praias e os recifes de corais. São ministradas aulas nas escolas sobre coleta seletiva de lixo, importância de espécies da fauna e flora nativas, além da importância de proteger ninhos de tartarugas. Entende-se, porém, que para a perfeita conservação das espécies ameaçadas de extinção é necessário um trabalho de conservação de todo o ecossistema local, terrestre e marinho.

A Praia do Forte é importante base de operação para esses dois projetos de conservação, pois as condições estabelecidas no plano de ecoturismo contribuíram para a disseminação das atividades de educação ambiental. Ambos os projetos ambientais acolhem as comunidades como aliadas ao esforço de conservação. A comunidade da Praia do Forte é vista como importante parceira tanto pelo Tamar quanto pelo IBJ. De acordo com a equipe técnica do Tamar, o trabalho de biologia marinha contém em seu bojo importante componente social. O Projeto Tamar tem no seu quadro de servidores muitas pessoas da comunidade. Na base da Praia do Forte trabalham 150 pessoas que ali residem, sendo 90% nativos da vila e os 10% restantes de fora da comunidade. Os técnicos que coordenam e executam as atividades do projeto são biólogos, oceanógrafos, veterinários e ecólogos formados em diferentes universidades brasileiras. É filosofia do Tamar que o corpo técnico more na comunidade onde atua para que possa compartilhar da dinâmica social local, entender as dificuldades que a comunidade enfrenta e auxiliar na solução. O IBJ é um projeto menor, com menos servidores, mas segue estrutura semelhante à do Tamar, com equipe técnica composta de biólogos, todos de fora da comunidade. Os outros servidores que trabalham assessorando a equipe técnica são da comunidade.

Temos então dentro desses projetos de conservação uma estrutura que hierarquiza o conhecimento científico acima do conhecimento tradicional. São os cientistas que coordenam o trabalho de conservação e que impõem regras para manejo da orla marítima e do mar. É importante frisar que parte da construção desse conhecimento científico de conservação teve contribuição empírica local – o conhecimento tradicional – sobre tartarugas e baleias. O Projeto Tamar, por exemplo, quando iniciou suas atividades, tinha pouca experiência de campo e os técnicos poucos dados sobre a desova. Não sabiam dos horários preferidos pelas tartarugas para depositarem seus ovos nas praias locais, dos locais de desova ou do tipo de tartaruga que desovava na região. Quem detinha esse conhecimento eram os chamados tartarugueiros, pescadores da Praia do Forte que antes do estabelecimento do Tamar coletavam os ovos

de tartarugas dos ninhos nas praias locais e eram considerados coletores especializados. Esses ovos sempre fizeram parte da dieta local, por isso o convívio com as tartarugas vinha de longa data e a coleta de ovos era uma atividade que exigia conhecimento específico transmitido de geração a geração. Dessa forma, os tartarugueiros tiveram a importante função de transmitir esse conhecimento ao Tamar, para que o projeto pudesse elaborar seu plano de conservação ambiental. Os tartarugueiros passaram a ser os aliados do projeto.

O Tamar teve de forçar a substituição dessas práticas extrativistas – coletar ovos e caçar tartarugas – por atividades de cunho conservacionista. O projeto passou a pagar salários aos tartarugueiros aliados, ajudando na localização e na preservação de ninhos nas praias locais. Essa iniciativa gerou emprego, aumentou a distribuição de renda local e teve efeito moral muito grande na comunidade. Os tartarugueiros sempre foram respeitados na comunidade pelo conhecimento empírico que detinham, pois poucos nativos conheciam a arte de “tartarugar”. Os ovos eram tidos como iguaria e seu consumo dependia do trabalho desses especialistas, o que fazia deles membros respeitados na comunidade. O Tamar aproveitou o conhecimento que esses indivíduos tinham para convertê-los em aliados e tornar a comunidade parceira do projeto. Os tartarugueiros passaram a ajudar com a propaganda do Tamar, divulgando a importância de proteger os ninhos nas praias.

Os tartarugueiros foram contratados para serem monitores de praia. Eles fazem o monitoramento diário do município procurando ninhos de tartarugas. Quando encontram, comunicam ao Tamar, que desloca um técnico ao local para realizar a marcação, proteção e identificação dos ninhos. Nesse processo, o conhecimento tradicional é peça-chave para o conhecimento científico. A sensibilidade dos tartarugueiros para encontrar os ninhos aumenta as probabilidades de o Tamar conseguir demarcar um universo maior de ninhos e as chances de proteção de futuros filhotes. Entretanto, para tornarem-se aliados da atividade de conservação, os tartarugueiros passaram por uma capacitação orientada para a conservação. Eles tiveram de aprender sobre a biologia dos animais, a importância da proteção da espécie e a necessidade de proteger os ninhos para o nascimento de novos filhotes. A capacitação é uma intervenção do conhecimento científico no conhecimento tradicional. Assim, os tartarugueiros foram convertidos de extrativistas a conservacionistas. O trabalho com os tartarugueiros existe desde o começo do projeto e tornou-se um ofício passado de pai para filho, que é ensinado com precisão pelo antigo tartarugueiro ao seu novo sucessor e que já está sendo realizado pela terceira geração.

O IBJ também precisou do conhecimento tradicional local para desenvolver sua estratégia de conservação das baleias-jubarte. O trabalho feito pelo IBJ depende muito do turismo, pois a pesquisa é feita em alto-mar e exige um conhecimento do território marinho e das áreas utilizadas pelas baleias. Esse processo de encontrar as baleias não é simples e requer conhecimento apurado do mar, da maré, das rotas de navegação e dos ventos. Esse é um conhecimento empírico que os pescadores locais possuem. O mapeamento de rotas para encontrar as baleias foi feito por mestres de barcos que conheciam bem a costa da Praia do Forte.

A atividade de pesquisa do IBJ é feita em embarcações adaptadas para avistamento de baleias, mediante cooperação com as proprietárias – as agências de turismo locais. O IBJ oferece palestras educativas aos turistas e as agências oferecem acesso aos pesquisadores em seus barcos. A iniciativa de conservação de baleias-jubarte depende diretamente do programa de observação de baleias (*whale watching*), que leva o turista em escunas para o mar para que este possa ver de perto as baleias-jubarte. Por isso, o turismo de avistagem de baleias é ferramenta importante para a sensibilização da necessidade de proteção da espécie. Diferentemente do Tamar, que incorporou os tartarugueiros ao projeto, o IBJ não agregou os mestres de barco ao projeto pois a atividade de observação de baleias é feita por operadoras de ecoturismo, que possuem barco e tripulação próprios. O conhecimento tradicional de rotas marítimas e das áreas utilizadas pelos cetáceos não era crucial nas outras etapas de desenvolvimento do projeto, como foi o do tartarugueiro para o Tamar.

O programa de observação de baleias é uma atividade cara que exige investimento financeiro. Por ser um projeto de conservação pequeno e com orçamento limitado, o IBJ não tem essa capacidade, que passou a ser das operadoras de ecoturismo. O objetivo do IBJ é fazer pesquisa científica, promover a proteção dos cetáceos e trabalhar a educação ambiental com os turistas, além de possuir um programa de palestras sobre biodiversidade local, manejo de ecossistemas, trabalhos desenvolvidos por esse Instituto e pelo Tamar, além de outros temas. As atividades de educação ambiental ocorrem também nas escolas e na base do projeto e não estão direcionadas apenas aos cetáceos, mas à disseminação de conhecimento ambiental em geral. Assim como o Tamar, o IBJ tem um apelo social com a educação ambiental.

O Tamar e o IBJ preocupam-se também com a degradação do meio ambiente terrestre, que pode prejudicar o sucesso de suas iniciativas. A rápida urbanização da Praia do Forte com a modificação de áreas naturais, aumento do consumo de água, produção de esgoto, incremento da população,



impermeabilização do solo, desmatamento de mata nativa e assoreamento dos rios criam um risco potencial para o futuro desses projetos e de suas espécies. Assim, os dois projetos têm participado cada vez mais dos processos de licenciamento ambiental, com o intuito de exigir maior adequação de grandes empreendimentos à legislação ambiental vigente e aos processos de consulta pública, como o do Projeto Orla, que está em processo de implementação em Praia do Forte desde 2007, cujo processo de planejamento contou com a participação de todos os setores da comunidade local.

Outro agente local que representa o conhecimento científico na Praia do Forte é a própria FGD que promove semanalmente palestras sobre a biodiversidade local, a importância da conservação ambiental e o histórico do desenvolvimento urbanístico e ecoturístico da vila. A FGD administra áreas preservadas da antiga Fazenda Praia do Forte, que inclui hoje a Reserva Sapiranga, a Reserva Camurujipe, a área do Castelo Garcia D'Ávila e outras áreas ao longo do litoral. Até o final dos anos de 1990, a FGD mantinha um curso supletivo e outro de capacitação profissional para a comunidade, além do Projeto Semente que trabalhava educação ambiental com crianças da comunidade. Essas iniciativas foram repassadas para a prefeitura quando o município foi constituído legalmente e passou, por lei, a ter responsabilidade pela educação formal de adultos e crianças. Assim, a FGD concentrou suas atividades em pesquisa científica e hoje fomenta pesquisas biológicas sobre fauna e flora local, pesquisa de resgate cultural local e de estudos arqueológicos nas cercanias do Castelo Garcia D'Ávila.

O turismo local é entendido como ecoturismo, pois é uma atividade de contemplação da natureza. Como a faixa litorânea está em rápido processo de desenvolvimento e de ocupação urbana, a FGD decidiu dedicar seus trabalhos de conservação à parte interna do município, preocupando-se com a grande especulação imobiliária que existe hoje na Praia do Forte e que dificulta a conservação ambiental. Apesar de ser atribuição do município, o trabalho de limpeza e monitoramento das praias da vila é realizado pela FGD. Como não tem poder de fiscalização ou regulação de infrações, quando detecta um problema são contatadas as agências responsáveis.

Para a FGD, a Praia do Forte tornou-se um local com grande potencial para atrair turistas porque possui, além dos atrativos naturais, os projetos de conservação ambiental. Os biólogos que trabalham na FGD acreditam que a região sempre teve potencial para o turismo, mas se a conservação ambiental fosse subsidiada esse potencial poderia ser ainda maior. Assim, a FGD facilitou o estabelecimento do Tamar e do IBJ, oferecendo terrenos

e auxílio na construção de tanques e de edifícios. Mais recentemente, a FGD doou outro terreno para o estabelecimento de um novo projeto de conservação, o Projeto Arara-Azul-de-Lear, que será um centro de tratamento de aves recuperadas de traficantes pelo Ibama. A espécie não ocorre na região, mas sua instalação na Praia do Forte tem relação com o potencial ecoturístico do local. Com a concentração de turistas, os projetos são beneficiados financeiramente com o ingresso de visitantes e a compra de produtos, conseguindo, assim, ampliar suas bases de sustentação com a conscientização ambiental.

Os moradores mais antigos da Praia do Forte e suas famílias são considerados nativos ou “filhos da terra”. Os mais velhos foram por muitos anos empregados da fazenda de coco que ocupava toda a área circundante da vila. Além do trabalho na fazenda, muitos moradores dedicavam-se à pesca de subsistência e inicialmente conheciam as rotas náuticas, os locais de concentração de baleias, os rastros das tartarugas, os tipos de tartarugas que desovavam nas praias, os momentos de desovas, os tipos de alimentação dos peixes, quais iscas eram usadas para cada tipo de peixe, as melhores formas de preparar pescados, como tramar redes de pesca etc.

Contudo, esses conhecimentos foram sendo substituídos pelos novos valores trazidos pelos turistas e por novos moradores. O turismo estimulou o desenvolvimento de uma gama de serviços que incorporou mão de obra local, o que desvinculou o antigo morador de suas atividades tradicionais e de subsistência, como a criação de porcos e galinhas, a pesca artesanal, a produção de artesanato e o desenvolvimento de técnicas tradicionais de construção que foram aos poucos substituídas pelo trabalho padronizado no comércio, na administração pública e no setor de serviços. Os projetos de conservação do Tamar e do IBJ também tiveram forte influência nessa transformação do conhecimento tradicional e das práticas de subsistência locais, com a introdução do conhecimento científico na proteção de espécies.

A Praia do Forte é para os moradores mais antigos seu lugar de origem, cuja identidade, também dos filhos, está diretamente vinculada à localidade. Ao contrário das demais comunidades do litoral norte da Bahia, que tiveram sua identidade social construída na pesca, a Praia do Forte teve origem em uma fazenda de coco. A vila da Praia do Forte foi consolidada como acampamento de trabalhadores rurais e a pesca era atividade secundária, realizada em momentos de lazer. Não havia uma frota pesqueira local até recentemente. Foi no final da década de 1960, com o início do declínio da lavoura de coco, que a pesca desenvolveu-se.

A região difere de outras localidades por sua forte tradição católica, que marcou a identidade de seus moradores. Em parte, isso se deve ao fato de ter sido uma fazenda controlada por um coronel que impunha o catolicismo como única crença religiosa aceitável. A comunidade não praticava nenhuma religião afro-brasileira, apesar de a maioria dos moradores locais ter ascendência africana. Todas as crianças da comunidade tinham educação formal religiosa. Os festejos e os eventos sociais eram todos religiosos, vinculados à devoção de santos, como as duas festas mais importantes da comunidade e que mobilizam grande contingente para sua organização: a de São Pedro, padroeiro dos pescadores, e a de São Francisco, padroeiro da igreja local. Essas festas têm o lado religioso, organizado pela Igreja, e o profano, organizado pelos pescadores. Outras festas que foram incorporadas ao calendário local (também de cunho religioso) são as de Santo Antônio e de São João, celebradas em todo o estado e estimuladas pela Secretaria Municipal de Turismo.

Diferentes interesses

Os interesses políticos do Tamar nem sempre estão em consonância com os da comunidade. O discurso dominante entre os moradores mais antigos, que conviveram com o Tamar desde o início, é o de que esse projeto deixou de ser um aliado e que se distanciou da comunidade, deixando de atender às demandas locais. Esses moradores contam que, antigamente, o Tamar oferecia mais ajuda às famílias, levando os enfermos para hospitais regionais, doando material de construção e escolar e ajudando na compra de remédios para alguns moradores. Porém, para eles, o Tamar virou uma empresa que utiliza os lucros para seu próprio benefício.

O que ocorreu foi que a Praia do Forte tomou proporções não imaginadas. A vila cresceu, foi urbanizada e recebeu novos moradores. Os nativos melhoraram de vida e agora possuem empregos melhores do que antes. O Tamar não deixou de atender às demandas da comunidade, mas a assistência hoje é menos sentida porque o universo tanto do projeto quanto da comunidade aumentou. A vila hoje tem cinco vezes mais habitantes do que quando iniciou o trabalho de conservação em 1980. Além disso, a comunidade conta hoje com novos atores sociais e novos agentes governamentais inexistentes em 1980. O Poder Público não se fazia presente no Distrito de Praia do Forte porque era uma fazenda de propriedade particular. Quando passou à condição de Distrito, o município de Mata de São João teve de incluir a comunidade em sua agenda pública.

Quando a Praia do Forte tornou-se o principal destino de ecoturismo do litoral norte da Bahia, a prefeitura de Mata de São João passou a ter maior

interesse na comunidade e a dedicar a maioria de seus esforços à Praia do Forte. Quando o Poder Público assumiu seu papel de responsável pelos serviços de educação, saúde e geração de renda no local, o Tamar, que supria algumas dessas demandas, pôde isentar-se dessas obrigações e focar sua atividade principal na conservação de tartarugas. O mesmo aconteceu com a FGD, que pôde concentrar-se mais em educação ambiental e no monitoramento de suas reservas particulares, quando deixou de ser responsável pelos cursos de capacitação e o supletivo escolar.

A forte presença do Tamar na vida local e sua contribuição para o desenvolvimento de diversas atividades no passado criou um vínculo de dependência da comunidade, que se acostumou a pedir ajuda ao pessoal do projeto. Porém, o repasse dessas responsabilidades de assistência social à prefeitura não fez com que a comunidade buscasse ajuda na prefeitura. O costume de procurar o Tamar permaneceu. Assim, pescadores, donas de casa, artesãos, comerciantes e vários outros segmentos ainda vão ao Tamar conversar com os técnicos para obter apoio para diferentes problemas, sobretudo, de saúde ou financeiro. Atualmente, o Tamar auxilia a comunidade em projetos específicos que favorecem o trabalho de conservação de tartarugas marinhas ao mesmo tempo que contribui para a geração de renda local. É o caso, por exemplo, do projeto de guias-mirins e de pesca sustentável. Mesmo assim, existe uma discordância nos discursos. A comunidade espera que um projeto ambiental do porte do Tamar tenha funções de assistência aos moradores. Já o Projeto Tamar quer ter a comunidade como aliada mesmo que o projeto não tenha mais responsabilidades assistencialistas.

O trabalho de conservação de tartarugas marinhas, muitas vezes, isola os técnicos (biólogos) da comunidade. A atividade especializada e concentrada em proteger a espécie e seu habitat contribui para aumentar o distanciamento entre biólogos e membros da comunidade. A equipe técnica está sempre concentrada no trabalho com as tartarugas e a equipe do centro de visitantes concentrada em dar atenção aos turistas que o visitam. Assim, a atenção e as demandas da comunidade competem com os turistas e as tartarugas. Em 2008, a base do Tamar na Praia do Forte foi reestruturada para receber mais pessoas. O projeto construiu novos tanques para tartarugas, novos caminhos identificados com placas de informações atualizadas, para oferecer aos turistas mais conforto e infraestrutura.

Apesar desse distanciamento, coordenadores da base do Tamar dizem que as portas do projeto sempre estiveram abertas para a comunidade. Entretanto, mesmo com a absorção de ações assistencialistas pelo município, a comunidade,

por costume e com certa conivência da prefeitura, continua procurando ajuda no Tamar. Mantendo a demanda sobre o projeto diminui cobranças da comunidade sobre o prefeito e seus secretários. O fato de a comunidade ter sido constituída a partir de um antigo assentamento de trabalhadores rurais que viviam isolados e sob um sistema de controle coronelista contribuiu fortemente para os níveis de dependência que ainda perduram entre os moradores mais antigos e o Projeto Tamar. É importante frisar que nas gerações mais novas, nascidas depois de 1980, há maior independência, pois a renda provém de novas fontes de trabalho como o turismo. Quem mais pede ajuda são os pescadores, que têm maior interferência do projeto em suas atividades de pesca.

Os interesses do projeto de conservação do IBJ também destoam dos interesses da comunidade. O IBJ tem o objetivo principal de estudar e preservar baleias (cetáceos), animais que estão em alto-mar, longe dos olhos das pessoas em terra firme. Para a comunidade, o IBJ não tem interação com a comunidade ou interesse pelos assuntos locais. O projeto está mais vinculado ao turismo, aos turistas e às operadoras de turismo do que à comunidade. De fato, o IBJ atende, principalmente, ao público externo à Praia do Forte. Poucas pessoas da comunidade têm acesso ao passeio de barco por causa do preço praticado pelas operadoras, de R\$95,00, muito caro para uma comunidade cuja renda média mensal familiar, em 2007, era de R\$1.000. O IBJ é, para a comunidade, o reflexo do desenvolvimento turístico no local, marcado pela exclusão social e econômica da comunidade. A linguagem utilizada pelo IBJ, nas palestras sobre baleias, está muito além do domínio léxico dos nativos e mais próxima do nível dos turistas, pois a maioria destes tem nível superior. O projeto oferece palestras gratuitas para a comunidade local, mas, raramente, pessoas da comunidade vão assistir, pois não se sentem confortáveis no IBJ, por ser um local frequentado principalmente por turistas.

Apesar disso, o IBJ mantém trabalho de educação ambiental nas escolas da vila e é parceiro importante da prefeitura e da FGD na organização das atividades da Semana do Meio Ambiente em setembro. Porém, isso não é considerado prioridade pelos moradores mais antigos, que demandam ações mais emergenciais nas áreas de saúde e bem-estar social. O trabalho de educação ambiental realizado pelo IBJ visa garantir sustentabilidade às iniciativas de conservação dos projetos ambientais locais. As atividades concentram-se na importância de preservar ecossistemas, proteger espécies ameaçadas e fazer a separação do lixo. Todas essas ações são benéficas para os projetos, mas não necessariamente para a comunidade, que tem necessidades mais imediatas como a melhoria no atendimento médico local e nos índices de desempenho

escolar, na redução do consumo de droga e de álcool, na geração de emprego e renda, pontos que não são tratados pelos projetos ambientais locais.

É fato interessante desse desentendimento entre a comunidade e os projetos de conservação a ineficiência da Prefeitura de Mata de São João em resolver os problemas sociais da comunidade. Se todas as demandas locais fossem atendidas pela prefeitura não perdurariam sobre os projetos. Em Praia do Forte há claramente um desvio de função dos projetos ambientais, para atender a essas demandas, e certa negligência do município em cumprir com suas responsabilidades.

A FGD já teve ação mais itinerante na comunidade com projetos de educação ambiental e de capacitação profissional para o ecoturismo. Essas ações ainda ocorrem em outras comunidades mais distantes e necessitadas do que a Praia do Forte. Desse modo, a atuação da FGD no local não é tão percebida como antigamente. Atualmente, a comunidade vincula a imagem da FGD com a de Castelo Garcia D'Ávila, que emprega pessoas da comunidade.

A instalação do Projeto Tamar, em 1981, modificou a rede de relações sociais em Praia do Forte. Inicialmente, o Tamar foi bem recebido pela comunidade por ser uma novidade na rotina da vila e por empregar diversas pessoas da comunidade para auxiliar na construção e manutenção de tanques de criação, ajudar no monitoramento das praias contra o roubo de ninhos de tartarugas e auxiliar as equipes de pesquisa na busca de ninhos e de tartarugas. A comunidade sentiu-se valorizada porque o Tamar reconhecia o saber tradicional local que os tartarugueiros tinham a respeito das tartarugas marinhas. De acordo com Campbell (2007), a promoção de ações de conservação não atende somente necessidades biológicas ou ecológicas de algumas espécies, mas, também, interesses políticos de alguns grupos específicos. Para o Tamar, era importante tanto a conservação das espécies de tartarugas que desovavam na Praia do Forte quanto a aceitação e o reconhecimento do trabalho dos biólogos do projeto pela comunidade. Para os nativos, era importante que o projeto permitisse inserção social da comunidade que carecia de alternativas econômicas e do poder dos grupos locais.

O Tamar também tinha interesse em executar uma iniciativa de conservação com o apoio da comunidade e melhorar as condições econômicas e sociais dentro do contexto regional. O litoral norte da Bahia era – início da década de 1980 – uma região com pouca infraestrutura e quase nenhum recurso econômico e social. O Estado estava ausente na região, principalmente, em Praia do Forte, por ser propriedade privada. O Tamar chegou como um projeto do Governo, criado pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

Florestal (IBDF), cujas atividades foram mais tarde incorporadas ao Ibama (e agora ao ICMBio). A presença de um projeto do Governo fez com que a comunidade fosse valorizada e inserida no contexto nacional, pois a Praia do Forte era, antes de tudo, um acampamento de trabalhadores que viviam isolados e controlados pelo dono da fazenda de coco.

A pesca foi a atividade mais impactada pela presença dos projetos de conservação, pois os trabalhos do IBJ e do Tamar são focados no mar, direcionando parte de suas atividades para o monitoramento da pesca artesanal, que pode causar riscos para tartarugas e cetáceos, e ao ambiente físico utilizado por essas espécies. O Tamar faz um trabalho itinerante de orientação dos pescadores, explicando quais anzóis são os mais adequados para a pesca, por que não pegar tartarugas e o melhor lugar para jogar a rede raiceira (que pega raias) para não capturar acidentalmente as tartarugas. O IBJ orienta também sobre a importância de manter as embarcações a certa distância dos cetáceos e de navegar com rotação mais baixa para não incomodar ou molestar as baleias. Também orienta sobre o tipo de rede que pode ser utilizada e os locais apropriados para a pesca. Todas essas orientações são baseadas em conhecimento científico e impostas aos pescadores sem considerar o conhecimento tradicional.

Os pescadores locais devem seguir essas recomendações e assim o fazem, mas defendem que antes delas a pesca era mais produtiva. Defendem ainda que a pesca artesanal sempre foi eficiente e que eles não matavam tantas tartarugas ou cetáceos quanto esses projetos tentam demonstrar. Outro argumento que os pescadores utilizam é o de que com o aumento da população de tartarugas – devido ao sucesso do Tamar – ficou mais frequente a captura acidental de tartarugas. Temendo serem repreendidos e multados pelo Tamar, os pescadores passaram a não relatar essas capturas, pois sabem que além da multa podem incorrer novas e mais rigorosas regras para a pesca local. Para os conservacionistas, é difícil associar o trabalho de conservação com a sustentabilidade econômica. Para o Tamar, o projeto ecoturístico local sempre foi visto com certa desconfiança pela ameaça que pode causar às atividades de conservação. Ciente das consequências negativas que um turismo mais intensivo pode trazer, o projeto tem visto nessa atividade uma grande parceira para ampliar a capacidade de fazer trabalho de conservação. Como afirma Stronza (2001), os conservacionistas costumam ter postura ambivalente, sendo ao mesmo tempo otimistas e pessimistas em relação à capacidade do ecoturismo de gerar benefícios econômicos para a comunidade e de proteger o meio ambiente.

Os tartarugueiros, que detêm o conhecimento tradicional mais importante em Praia do Forte, são mais sensíveis às sugestões do projeto. Eles passaram a valorizar o trabalho de conservação por fazer parte da equipe de pesquisadores. Esses indivíduos percorrem diariamente diferentes pontos das praias com a preocupação de encontrar ninhos e de protegê-los. Viraram aliados do Tamar. Seu conhecimento sempre foi valorizado pelos cientistas do projeto. Todo o trabalho de campo foi desenhado com base no conhecimento dos tartarugueiros. A decisão de instalar uma base do Tamar na Praia do Forte foi também em decorrência do conhecimento dos tartarugueiros sobre os números de desovas que acontecia no local e as áreas de ocorrência. Como o Tamar valoriza esse conhecimento e utiliza-o, os tartarugueiros também passaram a valorizar o trabalho dos cientistas e o conhecimento disseminado pelo projeto. Mas nem todos os moradores locais foram beneficiados pelo projeto, pois aqueles que não tinham a experiência de encontrar ninhos não foram contratados.

Outro aspecto a ser considerado para a análise das formas de interação entre os biólogos e a comunidade, é que mais do que impor regras e mudar a rotina local, o Tamar estabeleceu controle sobre um dos recursos naturais considerados importantes para a subsistência da comunidade. É uma intervenção externa sobre formas locais de uso dos recursos naturais. Um debate constante nos fóruns de discussão sobre conservação é sobre os direitos que as populações locais têm sobre o uso dos recursos naturais (AGRAWAL; OSTROM, 2001; AGRAWAL, 2003). No caso da Praia do Forte, as tartarugas e seus ovos representavam um recurso natural de subsistência, apesar de secundário, ou seja, os ovos não eram utilizados em momentos de escassez porque o período de desova não coincidia com o período de escassez de alimentos. Faltava alimento na época do inverno (de maio a julho) e as desovas ocorrem durante o verão (de setembro a março). Mesmo não sendo utilizados como fonte principal de alimento, os ovos eram coletados com frequência na época de desova e isso era suficiente para comprometer a sustentabilidade reprodutiva da espécie. Com o início da atividade conservacionista, a comunidade foi proibida de utilizar esses recursos – ovos e carne de tartaruga. O controle passou a ser de responsabilidade do Tamar, o que contribuiu, em parte, para o continuado desentendimento entre o pessoal do projeto e a comunidade.

O Projeto Tamar é tido pela comunidade como o ponto de referência da vila, ao contrário do ecoturismo, que contribuiu para descaracterizar parte da história. Todos promovem a sede do projeto – o Centro de Visitantes – quando fazem propaganda da Praia do Forte. Todos os visitantes que chegam à vila vão visitar o projeto. Ele é promovido nas pousadas e nos restaurantes,

nas agências de turismo, nos mapas turísticos locais e por toda a comunidade. O centro de visitantes é um dos principais cartões-postais da vila e o atrativo turístico mais visitado e contribui diretamente para o comércio local. Os moradores, nativos ou não, sabem que o Tamar tem esse poder de atrair visitantes e sabem que vão lucrar indiretamente com o projeto. Os visitantes do Tamar compram produtos nas lojas da vila, frequentam restaurantes e boa parte hospeda-se na vila. A comunidade também promove o projeto usando imagens das tartarugas estampadas em camisetas, colchas, sacolas, toalhas e vários outros acessórios. A tartaruga é um símbolo que vende, atrai turistas e traz recursos para a comunidade. Nesse aspecto, os objetivos do Tamar e da comunidade convergem.

Considerações finais

Este artigo buscou explicitar as formas de interação sociais entre conservacionistas e a comunidade local em relação ao ecoturismo na Praia do Forte. A consolidação dessa localidade como polo de turismo ecológico significou a chegada de projetos de conservação ambiental para promover a conservação de espécies em extinção. Os trabalhos tanto do Tamar quanto do IBJ sustentam um tripé composto de educação ambiental, pesquisa científica e visitantes.

O processo de diálogo entre a comunidade e os projetos de conservação é dificultado pela incompatibilidade dos discursos e a falta de interesse em organizar parcerias que atendam aos objetivos de ambos. As prioridades são diferentes para cada agente social. A comunidade tem interesses econômicos na conservação e os projetos têm interesses científicos. Ambos têm interesses políticos na conservação e no desenvolvimento do ecoturismo. A comunidade quer ser empoderada e o projeto quer ter suas ações divulgadas e disseminadas. A organização de parcerias na área ambiental é muito difícil e exige de cada agente social um nível de concessão para com as demandas do outro, ao mesmo tempo que exige argumentos fortes de cada agente para defender seu ponto de vista (PONCELET, 2001)

Os projetos de conservação e a comunidade são beneficiados pelo ecoturismo. Existe, entretanto, uma mudança no paradigma e nos discursos do ecoturismo e dos projetos de conservação. De acordo com Honey (1999), para existir uma iniciativa de conservação efetiva é necessário o envolvimento da comunidade para que ambos – o projeto de conservação e a comunidade – tenham benefícios.

A retórica da conservação, às vezes, segue a mesma retórica do desenvolvimento. “Soluções políticas e programas de ação geralmente tentam mudar

o foco do debate sobre desenvolvimento para objetivos de emancipação da comunidade, participação de baixo para cima, e para dimensões sensíveis às questões de gênero e conhecimento tradicional” (ARCE, 2000, p. 33). De acordo com Zurick (1992), o meio ambiente não deve ser pensado apenas como o cenário para o estabelecimento de projetos de conservação ou de ecoturismo, mas como um componente crucial no desenvolvimento dessas ações.

Referências

- AGRAWAL, A.; OSTROM, E. Collective action, property rights, and decentralization in resource use in India and Nepal. **Politics and Society**, v. 29, n. 4, p. 485-514, 2001.
- AGRAWAL, A. Sustainable governance of common-pool resources: context, methods, and politics. **Annual Review of Anthropology**, n. 32, p. 243-262, 2003.
- ARCE, A. Creating or regulating development: representing modernities through language and discourse. In: ARCE, A.; LONG, N. (Ed.). **Anthropology, development and modernities**. London: Routledge, 2000. p. 32-51.
- CAMPBELL, L. M. Conservation narratives in Costa Rica: conflict and co-existence. **Development and Change**, v. 33, n. 1, p. 29-56, 2002.
- CAMPBELL, L. M. Local conservation practice and global discourse: a political ecology of sea turtle conservation. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 97, n. 2, p. 313-334, 2007.
- FUNDAÇÃO GARCIA D'ÁVILA. **Ecoreport 2005**: comunidade ecoturística modelo de desenvolvimento sustentado. Praia do Forte, BA: Fundação Garcia D'ávila, 2005.
- HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development**: who owns paradise? Washington: Island Press, 1999.
- PONCELET, E. The discourse of environmental partnership. In: CRUMLEY, C. L. (Ed.). **New directions in anthropology and environment**: intersections. Walnut Creek: AltaMira Press, 2001. p. 273-291.
- STRONZA, A. Anthropology of tourism: forging new ground for ecotourism and other alternatives. **Annual Review of Anthropology**, v. 30, p. 261-283, 2001.
- ZURICK, D. Adventure travel and sustainable tourism in the peripheral economy of Nepal. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 82, n. 4, p. 608-628, 1992.

Sobre os autores

Alexandro Machado Namem

Antropólogo e Professor Adjunto de Antropologia na Universidade Federal de Roraima (UFRR) (e-mail: alexandronamem@hotmail.com). Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas bolsas de estudo concedidas de 1998 a 2001, durante curso de doutorado não concluído na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRR, pelas sucessivas liberações de 2002 a 2007, para a realização de trabalhos de campo entre os Laklânô; aos colegas Gustavo Lins Ribeiro (Universidade de Brasília-UnB), Marco Antonio Lazarin (Universidade Federal de Goiás-UFG) e Antonio Carlos de Souza Lima (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ), pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; aos colegas do doutorado Sidnei Peres (Universidade Federal Fluminense-UFF), da Unicamp, e Marcela S. Coelho de Souza (UnB), em disciplinas no Museu Nacional; aos amigos e/ou colegas que leram versões anteriores deste texto, inclusive pelas sugestões nem sempre incorporadas; ao amigo Sávio L. Sens (Pontifícia Universidade Católica do Paraná-PUC/PR), pela convivência nesses 10 anos em que nos conhecemos e pelos apoios nas horas em que mais precisei; à Onadir e ao Gerson Dietrich, bem como à família Davi Vinci, em Ibirama (SC), pela amizade e por tudo que fizeram por mim; e ao Rodrigo Paranhos Faleiro (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama), Cristhian Teófilo da Silva (UnB) e Stephen G. Baines (UnB), por publicarem este texto. Ao último, também, pela amizade e pelos diálogos e apoios ao longo de muitos anos; dedico este texto à Vanessa Lea (Unicamp), à Lana Araújo, ao Rafael José de Menezes Bastos (Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC), à minha avó materna Maria Lúcia da Silva Machado (in memoriam), às minhas mães Laklânô Iocô Uvânhecû e Aneglon Ndili, e aos meus netos Lucca Giacomazzi Picon e Sara Feijó.

Claudia López Garcés

Antropóloga, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPA). clapez@museu-goeldi.br

O artigo está baseado na pesquisa entre os Ticuna da trifronteira Brasil/Colômbia/Peru para o Doutorado em Antropologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre América Latina e o Caribe (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB) (2000),

e numa pesquisa entre os Galibi do Oiapoque, na fronteira Brasil/Guiana Francesa, efetuada entre os anos 2001-2002. Agradeço à Capes pela bolsa de doutorado e ao CNPq pela bolsa para efetuar a pesquisa na fronteira Brasil/Guiana.

Cláudia Tereza Signori Franco

Possui Graduação e Pós-Graduação em Antropologia Social pelas Universidades de Brasília (UnB) e Católica de Brasília (UCB); Especialização em Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial pela UnB e Mestrado (bolsista Capes) em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. Atua como coordenadora de projetos do Instituto Etno Ambiental e Multicultural Aldeia Verde - IEMAV, onde realiza a implementação e o monitoramento de projetos de desenvolvimento junto aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Tem experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em política indigenista, atuando principalmente nos seguintes temas: Planejamento e gestão ambiental em terras indígenas (TIs), Levantamento de Impactos Socioambientais em TIs, Levantamento Demográfico e Fundiário em TIs, Antropologia & Meio Ambiente, Organização Social Indígena e Sistema de Monitoramento e Avaliação de Projetos de Etnodesenvolvimento.

Cloude de Souza Correia

Possui doutorado em Antropologia pelo PPGAS/UnB, concentrando-se nas áreas de Antropologia Ecológica, Sociedades Complexas, Relações Interétnicas e Cartografia Social. Atua principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, mapeamentos participativos, unidades de conservação, conflitos socioambientais, gestão territorial e processos fundiários. Nos últimos anos, prestou diversas consultorias para organizações não governamentais e órgãos dos governos Federal e Estadual com o propósito de contribuir com a consolidação de processos de regularização fundiária de terras indígenas e de ações de gestão territorial junto a povos indígenas da Amazônia. Em atividades de docência esteve vinculado ao curso de Comunicação das Faculdades Integradas ICESP por quatro anos. Atualmente, é coordenador de projetos do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), atuando junto a povos indígenas situados em estados da Amazônia brasileira: Rondônia, Amazonas, Acre e Pará. Como coordenador organiza cursos e seminários relacionados com a temática da gestão territorial indígena e do fortalecimento institucional de associações indígenas. Relações Interétnicas; Antropologia Ecológica; Sociedade e Meio Ambiente e Antropologia Política.

Cristhian Teófilo da Silva

Graduado, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), onde é Professor no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). Atualmente, realiza pesquisas comparadas sobre movimentos indígenas,

políticas indigenistas e indigenismo no Brasil e no Canadá, com ênfase nas relações entre maiorias nacionais e minorias étnicas. silvact@unb.br

David Ivan Rezende Fleischer

Trabalha para a Fundação Interamericana (IAF) como representante para o Brasil e o Uruguai. Foi Diretor Executivo da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa) e Coordenador do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. Trabalhou no Programa- Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), no Programa de Pequenos Projetos (PPP) e outros projetos do Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É doutor em Antropologia pela University at Albany (SUNY-Albany) e mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). David lecionou Antropologia em universidades americanas e desenvolveu pesquisas sobre a relação de projetos de conservação ambiental com projetos de desenvolvimento comunitário de ecoturismo. Atualmente, na IAF, coordena projetos de desenvolvimento de base no Brasil e no Uruguai.

Gersem José Santos Luciano dados

É índio Baniwa, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006). Foi membro do Conselho Nacional de Educação no período de 2006 a 2008. Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, Coordenador-Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Diretor Presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep). Tem experiência na área de Educação, Gestão de Projetos e Desenvolvimento Institucional com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, política indigenista, movimento indígena, desenvolvimento sustentável e povos indígenas.

Isis Maria Cunha Lustosa

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/IESA/UFG. Mestre em Geografia/IESA/UFG. Especialista em Turismo e Meio Ambiente/UECE. Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Cultural: Território e Identidade/IESA/UFG. Colaboradora no projeto As Identidades Sociais e suas Formas de Representações Subjacentes nas Práticas Culturais/IESA/UFG, e no projeto A Dimensão Territorial das Festas Populares e do Turismo: Estudo Comparativo do Patrimônio Imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe, pela UFG/UFS/UFC. Técnica Especializada em Programa de Cooperação Internacional/MMA/PDA.

Jaime Garcia Siqueira

Doutor em Antropologia Social pela UnB com mestrado também em Antropologia Social pela USP. É professor adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),

coordenador de projetos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e atualmente trabalha como coordenador-geral substituto da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental da Funai (CGGAM). Este artigo é baseado em sua tese de doutorado (2007) e seus principais temas de interesse são as configurações contemporâneas dos movimentos indígenas no Brasil, como eles têm lidado com a questão ambiental e o papel do antropólogo diante desses movimentos e das políticas de Estado.

Josué Tomasini Castro

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB); bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Desde 2005 trabalha junto às comunidades Herero na Namíbia. Principais publicações: *Vá e conte ao seu povo: interpretações e mediações no trabalho antropológico*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, v. 3: p. 79-91, 2008; *Sincretismo e Resistência: o caso africano da igreja Oruuano*. Campos (UFPR), v. 9, p. 131-157, 2008; *What's your Nation? Nationalist Itineraries in Namibian History*. Vibrant (Online), v. 5, p. 128-146, 2008.

Katianne de Sousa Almeida

(e-mail:ksantropologia@gmail.com) Mestranda em Antropologia Social da Universidade Federal em Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás em 2009. Possui graduação em Antropologia (bacharelado), 2006, e Ciências Sociais (licenciatura), 2005, pela Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Arte Indígena, Patrimônio e Museologia, Revitalização Urbana, Urbanismo, Gênero, Sexualidade e Mídia. Atualmente trabalha como Analista Legislativa na Comissão de Saúde e Promoção Social da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Políticas de Saúde para Mulheres, Assessoramento Temático às demandas do Legislativo Goiano.

Leonardo Schiocchet

Ph.D. em Antropologia Social, Boston University (depois de 1º de maio de 2010). Junior Visiting Fellow do Institut für die Wissenschaften vom Menschen, Viena (IWM) (até 30 de junho de 2010).

Luis Cayón

Antropólogo pela Universidad de Los Andes, Bogotá, Colômbia, (1998), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorando em Antropologia Social pela mesma instituição. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É autor do livro *En las aguas de yuruparí. Cosmología y chamanismo Makuna* (2002) e coautor do livro *Etnografía Makuna. Tradiciones, relatos y saberes de la Gente de Agua* (2004). É autor de vários

artigos em capítulos de livros e periódicos nacionais e internacionais, principalmente na área de Etnologia Indígena.

Luís Guilherme Resende de Assis

Doutorando em Antropologia Social; bolsista CNPq. Artigo baseado na monografia de graduação (Resende de Assis, 2004) e no artigo de seleção de mestrado da UnB escrito em 2004. Atualmente, desenvolve pesquisa na Antártida junto a cientistas, militares e alpinistas.

Maria Inês Smiljanic

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisa entre os yanomães do Alto Toototobi e entre os Yanomami de Maturacá. Coordena a equipe associada do PPGAS-UFPR no Projeto de Cooperação Acadêmica: Etnologia Indígena e Indigenismo – novos desafios teóricos e empíricos, financiado pela Capes.

Maxim Repetto

Bacharel em Humanidades com menção em História - Universidade do Chile (1994), Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1997) e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2002). Atualmente é professor Adjunto III na Universidade Federal de Roraima/UFRR, atuando como professor no Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. Realiza Pós-Doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS, DF- México), com Bolsa Capes/MEC/Brasil (2009-2010). Tem experiência na área de Antropologia Política, Antropologia da Educação, Políticas Indigenistas e Indígenas, Movimentos e Organizações Indígenas, Etnologia Indígena e Povos Indígenas em Roraima, educação escolar indígena, com ênfase na Formação de Professores Indígenas, plano de manejo ambiental e etnomapeamento de terra indígena e assessoria em projetos sociais a organizações indígenas.

Rodrigo Pádua Rodrigues Chaves

Possui graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (1997) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Possui 14 anos de experiência na área de Antropologia Social, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identificação de terras indígenas, prática antropológica, política indigenista, estudos etnoecológicos de terras indígenas e turismo étnico.

e-mail: rodrigo.chaves73@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2730318839586069>

Rodrigo Paranhos Faleiro

Cursa Doutorado no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da UnB, onde pesquisa grupos indígenas que vivem em áreas protegidas nas fronteiras da Amazônia. Recebeu o título de Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005), com a dissertação *Unidade de Conservação versus Terra Indígena, um Estado em conflito: estudo da influência da pessoa na gestão pública*. Cursou especialização e aperfeiçoamento na Unicamp/Nepam, monografia *Viabilidade do Ecoturismo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros* (1999); Unicamp/Nepo, *Vetores de Desenvolvimento da Região Norte* (1998); Cesape, *Jalapão: a última fronteira* (1990); Usaid/IIEB, *Proposta de um procedimento para a criação de unidades de conservação*, entre outros cursos. Possui seis capítulos publicados em livros (dois outros em fase de publicação no México e nos Estados Unidos), duas dezenas de trabalhos acadêmicos apresentados e publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais, e vários outros trabalhos técnicos na área de meio ambiente, populações tradicionais e povos indígenas. Atualmente, está organizando um livro sobre Ecoturismo em Áreas Protegidas com o professor Paul E. Little (UnB) e David Ivan R. Fleischer (Suny), com o qual coordenou três discussões sobre o tema na Reunião de Antropologia Equatorial em Sergipe (2007), Encontro da Associação Americana de Antropologia em San Francisco (2008) e, em junho, no Congresso Internacional de Americanistas no México (2009). Além dessas atividades, trabalhou no Projeto Catalisando as contribuições das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros, na Cooperação Brasil/França em Áreas Protegidas, no Plano de Administração da Área sob Dupla Afetação pelo Parque Nacional Monte Roraima e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, no Projeto de Conservação do Cerrado no Jalapão, entre outros.

Santiago Plata Rodríguez

Profissional independente do setor de Artes Interpretativas.

Sílvia Guimarães

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília, professora adjunta do Curso de Saúde Coletiva, Campus Ceilândia/Universidade de Brasília. Atua na área de Etnologia Indígena, especialmente nas discussões sobre corporalidade e xamanismo. Este trabalho está baseado em pesquisa de campo realizada entre os Sanumá-Yanomami.

Stephen Grant Baines

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), Pesquisador 1A do CNPq. Graduado (BA Hons. em Árabe e Sociologia da Religião), University of Leeds, Inglaterra (1971), M.Phil. em Antropologia Social pela University of Cambridge, Inglaterra (1980), e Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1988) e Pós-Doutorado (UBC, Canadá; e ANU, Austrália, 2009-2010). É brasileiro naturalizado. Tese de doutorado: *É a Funai que Sabe: A*

Frente de Atração Waimiri Atroari, publicada em forma de livro, em 1991, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq. Possui diversas publicações em periódicos nacionais e internacionais na área de Etnologia Indígena, Identidade e Relações Interétnicas, Antropologia Política, Povos Indígenas e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional, e Etnicidade e Nacionalidade em Fronteiras. Projeto de Pesquisa atual: Etnologia Indígena Comparada: Brasil – Austrália – Canadá (com pesquisas etnológicas com povos indígenas), pesquisa junto aos povos makuxis e wapichanas sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil/Guiana desde 2000; e acompanhamento da situação dos Tremembé do litoral do Ceará desde 2000. Desde janeiro de 2008 atua sobre a situação de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista/Roraima. Coordenador fundador do Geri em 1997.

Thaís Teixeira de Siqueira

Doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006/2010). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002) e mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2006). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Comunidades Quilombolas e Cultura Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio imaterial, INRC (Inventário nacional de referências culturais), turismo cultural, festa, memória, musicalidade, folias, racialidade e pós-colonialidade.

Thiago Ávila (*in memoriam*)

Possuo graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (2001) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2004). Atualmente sou antropólogo consultor da ACT Brasil (Equipe de Conservação da Amazonia). Minhas experiências profissionais são na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: política interétnica, povos indígenas, biopirataria, conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, krahô e indigenismo. Atuei como assessor de organizações indígenas, organizações não-governamentais indigenistas e órgãos governamentais.

Sobre o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas

O Geri é um grupo de estudos dedicado ao estudo amplo das relações interétnicas. Nosso propósito é a produção e divulgação do conhecimento produzido por estudantes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas e campos de atuação.

O Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri) foi formado em 1997 por estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação do Departamento de Antropologia (DAN) e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), da Universidade de Brasília (UnB), tendo como Coordenador o Prof. Dr.

Stephen Grant Baines e a colaboração de Maxim Repetto, na época, mestrando em Antropologia.

Desde sua criação buscamos abrir um espaço crítico de diálogo acerca de temas referentes às relações interétnicas em termos abrangentes, sendo estimulada a divulgação de trabalhos em nosso Boletim e a participação em nosso programa de seminários.

Vários projetos de pesquisa foram iniciados e realizados a partir das discussões do Geri, o que viabilizou a elaboração de monografias de graduação e pós-graduação, artigos e a organização de grupos de trabalho em congressos científicos. Parte desses resultados podem ser acessados através do Boletim Anual do Geri disponível em nossa página.

Venha conhecer o Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (Geri). Apresente seus trabalhos e publique seus textos na Interétnica – Revista de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas.

<http://e-groups.unb.br/ics/dan/geri/index.php?page=0>

O IEB

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) é uma associação civil brasileira sem fins lucrativos, voltada para a capacitação e formação de pessoas ligadas à conservação ambiental, tendo como eixos a capacitação técnica, institucional e política.

Criada em 1998 e sediada em Brasília-DF, a entidade se destaca por uma atuação que considera e estabelece pontes entre a conservação dos recursos naturais e as dimensões econômicas, sociais e culturais da sustentabilidade, buscando fortalecer as comunidades locais.

Promovendo autonomia na gestão dos seus territórios e dos recursos naturais com participação, diálogo permanente, valorização das diferenças e incentivo à atuação das populações locais, o IEB desenvolveu uma reconhecida *expertise* em processos de articulação entre setores que, historicamente, têm tido dificuldade de aproximação e diálogo.

Os programas e projetos da instituição atendem indivíduos que atuam com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, em suas diversas interfaces, com foco no bioma amazônico. Desse público destacam-se: comunidades extrativistas, assentados, populações indígenas, profissionais e estudantes da área ambiental.

Missão

Capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável.

